



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANTONIA ZENEIDE DA SILVA ANDRADE

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA - UM OLHAR PARA AS SALAS DE
REFERÊNCIAS II DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES**

ACARAPE - CE
2023

ANTONIA ZENEIDE DA SILVA ANDRADE

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA - UM OLHAR PARA AS SALAS DE
REFERÊNCIAS II DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dr.^a Geranilde Costa e Silva

ACARAPE – CEARÁ

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas da UNILAB

Catálogo de Publicação na Fonte.

Andrade, Antonia Zeneide da Silva.

A565e

A educação especial inclusiva - um olhar para as salas de referências II do CEI Francisca Arruda de Pontes / Antonia Zeneideda Silva Andrade. - Redenção, 2023.

53f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva.

1. Inclusão escolar. 2.Educação infantil. 3.Educação especial.
I.Título

CE/UF/BSP

CDD 372.4

DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Redenção, ____ de _____ de 2023

ANTONIA ZENEIDE DA SILVA ANDRADE

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA - UM OLHAR PARA AS SALAS DE
REFERÊNCIAS II DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dra. Georgia Maria Feitosa e Paiva - ILL
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Ma. Claudia de Oliveira Silva - Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (CE)

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferente quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

Santos

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte de inspiração

Aos meus familiares, em especial meu filho Mayckson por me ajudar nos meus trabalhos durante toda a minha trajetória como docente.

A minha orientadora profa. Dra. Geranilde Costa e Silva, que me auxilia nessa caminhada e me estimula a perfazer outros caminhos e buscar novos sonhos;

As minhas irmãs Ioneide e Vaneide por me incentivarem na continuação dos meus estudos e também pela ajuda quando necessário.

A minha cunhada Neisse Souza, a quem devo muito por ser meu suporte nas horas mais difíceis, tanto na vida acadêmica quanto na vida pessoal.

Agradeço aos professores desta instituição de ensino, a minha colega Amanda que fomos parceiras durante toda a graduação em pedagogia nos ajudando com trocas de informações, em especial a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,

Ao corpo docente e gestão pelos conhecimentos deles recebidos, por proporcionar a realização de sonhos.

RESUMO

A vida das crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), seja no meio social, seja na escola, vem acompanhada de muitos desafios e julgamentos. E quando se refere ao processo de ensino e aprendizagem, fica para o professor a dinâmica de construir estratégias que possibilitem a evolução social desse ser. Assim pode se pensar que a Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva está associada a ideia de uma educação para todos e no respeito à vida de cada indivíduo, com o intuito de possibilitar a integração e a interação dos educandos no contexto educacional. Assim, o presente trabalho visa compreender como acontece a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais nas salas de referência II da educação infantil. A pesquisa é do tipo qualitativa descritiva com procedimentos bibliográficos e de campo, realizada com professores e Agente de desenvolvimento infantil que trabalham com crianças de 2(dois) anos e buscando fazer uma reflexão a partir da temática Educação Especial Inclusiva foi dialogado com alguns autores, tais como: Oliveira et. al (2018), Nascimento (2014), Urel (2011) e dispositivos legais. Foi observado na pesquisa que incluir vai além de integrar os alunos com Necessidades Educacionais Especiais às turmas, é preciso garantir o engajamento e o aprendizado por meio de atividades diversificadas e potencialmente adequadas, atendendo assim, cada especificidades.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Escola.

ABSTRACT

The lives of children with special educational needs, whether in the social environment or at school, are accompanied by many challenges and judgments. And when referring to the teaching and learning process, it is up to the teacher to build strategies that enable the social evolution of this being. Thus, it can be thought that Special Education from the perspective of an inclusive education is associated with the idea of education for all and respect for the life of each individual, with the aim of enabling the integration and interaction of students in the educational context. Thus, the present work aims to identify how the inclusion of children with Special Educational Needs happens in reference rooms II of early childhood education. The research is of a descriptive qualitative type with bibliographic and field procedures, carried out with teachers and a Child Development Agent who work with 2-year-old children and seeking to reflect on the theme Inclusive Special Education. Oliveira et. al (2018), Birth (2014), Urel (2011) and legal provisions. It was observed in the research that inclusion goes beyond integrating students with Special Educational Needs into classes, it is necessary to ensure engagement and learning through diversified and potentially adequate activities, thus meeting each specificity.

Keywords: Inclusion. Child education. School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADI** - Agente de Desenvolvimento Infantil
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CEI** - Centro de Educação Infantil
- CID** - Classificação Internacional de Doenças
- DCNEI** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- DCRC** - Documento Curricular Referencial do Ceará -DCRC
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- CF**- Constituição Federal
- FEBEMCE** - Fundação do Bem-Estar do Menor no Ceará
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB** -Lei Brasileira de Inclusão
- MEC**-Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- NAPE** - Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional
- NEE** - Necessidades Educacionais Especiais
- PPP** - Projeto Político Pedagógico
- TEA** - Transtorno do Espectro do Autismo
- TDAH** – Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNESCO**-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNILAB** - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Foto da fachada da escola.....	29
---	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Justificativa.....	14
1.2 Objetivos.....	17
1.3 Abordagem Metodológica.....	18
2 MARCOS IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO E DA INCLUSÃO.....	20
3 O SISTEMA EDUCACIONAL E A INCLUSÃO.....	22
3.1 Educação Especial Inclusiva.....	22
3.2 Educação Inclusiva.....	24
3.3 Inclusão e Educação Infantil.....	26
3.4 O PPP do CEI Francisca Arruda de Pontes na perspectiva da educação inclusiva.....	28
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	30
4.1 O espaço pesquisado.....	30
4.1.1 O processo histórico de creche municipal para Centro de Educação Infantil.....	31
4.2 Tipo e lócus da Pesquisa.....	33
4.3 Sujeitos da pesquisa.....	33
4.4 Instrumentos utilizados para coleta da pesquisa.....	34
5 ANÁLISE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS A - Questionário da Pesquisa.....	47
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender como a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais nas salas de referência II da Educação Infantil buscando fazer uma reflexão a partir da temática educação especial inclusiva.

A inclusão começa a partir do princípio de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa.

O tema tem relação com a minha realidade quando há algum tempo acompanhei na vida social e na escola a rejeição que as pessoas tinham de minha irmã quando ainda criança, quando queria participar de atividades na comunidade e na tentativa de frequentar uma escola.

Naquela época não sabíamos precisamente o que de fato se passava com ela, mas suas limitações faziam as pessoas acreditar que tinha muitas dificuldades e por diversas situações não era acolhida, portanto recusada em muitas ações que queria participar, inclusive nas salas de aula pois, os professores desconheciam métodos que pudessem trabalhar e fazê-la avançar.

Trabalhar essa temática pra mim é uma questão de justiça, de valorização de todas as crianças que têm Necessidades Educacionais Especiais (NEE), compreendendo que todos precisam ter oportunidades educativas iguais para vivenciar uma aprendizagem sistemática na escola regular.

A vida das crianças com necessidades educacionais especiais seja no meio social, seja na escola vem acompanhada de muitos desafios e julgamentos. E quando se refere ao processo de ensino e aprendizagem, fica para o professor a dinâmica de arrumar estratégias que possibilitem a evolução social desse ser.

A educação que busca incluir os alunos com necessidades educacionais especiais está expressada numa política em que a escola visualiza que todos os estudantes têm direito a adquirir conhecimento olhando cada ser como único e especial. Dessa forma cada estudante tem a possibilidade de aprender, a partir de suas habilidades.

Assim pode se pensar que a Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva está associada a ideia de uma educação para todos e no respeito a vida de cada indivíduo, com o intuito de possibilitar a integração e a interação dos educandos no contexto educacional.

Esse trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, onde buscou-se aprofundar o tema por meio de autores, tais como: Oliveira et. al (2018), Nascimento (2014), Urel (2011) juntamente com dispositivos legais que fundamentam a definição de inclusão na prática da educação infantil. Também se observou diversos documentos tais como, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), Constituição Federal (1988) e LDB (1996), entre outras.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) considera Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. Para tanto o principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário.

Desse modo, a escola inclusiva tem o papel de desenvolver propostas pedagógicas que contemplem a diversidade, reconheça as diferenças do educando num todo, suas necessidades, o seu contexto social e emocional.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa descritiva com procedimentos bibliográficos e de campo com a perspectiva de lançar um olhar mais apurado verificando a inclusão das crianças especiais nas salas de educação infantil.

Buscando verificar a ocorrência da inclusão especial nas salas de referência II da Educação Infantil faz-se necessário saber o que os docentes pensam sobre a inclusão, refletindo sobre todo o processo à luz das legislações a fim de vencer barreiras existentes ao longo dos tempos.

A inclusão de crianças com deficiência rompe antigas barreiras, produz novas identidades e diferenças aos padrões antes estabelecidos. E para entender essa organização de espaços de aprendizagens com garantia para todos é necessário ter uma visão docente inclusiva e que para melhor entendimento dos leitores após **introdução** do assunto onde destaca a temática e o foco da pesquisa, a relevância e relação com minha vida segue para **justificativa**, onde demonstra a necessidade desse olhar inclusivo, de suscitar discussões no âmbito escolares, e de uma prática intencional que valorize a diversidade e envolva os estudantes com alguma necessidade especial no processo do ensino e aprendizado.

Na sequência é registrado os **objetivos** que tem como fim verificar a existência da inclusão nas salas da educação infantil, saber o que os educadores pensam sobre inclusão, fazendo uma reflexão sobre a ação educativa ao passo que identifica os avanços e dificuldades para desenvolver atividades inclusivas no chão da sala de aula.

Na continuidade é exibido a abordagem metodológica da pesquisa e apresentado as seções que falam sobre os marcos legais que embasam a questão da inclusão na educação, a

inclusão no sistema educacional definindo educação especial e educação inclusiva, discorrendo a inclusão na educação infantil com destaque a escola pesquisada.

Dando sequência ao estudo da pesquisa foi descrita a trajetória metodológica onde consta o espaço pesquisado, os sujeitos participantes da pesquisa, tipos de pesquisa e definição dos instrumentos de coletas de dados.

Em seguida os dados coletados por meio do questionário do google forms foram consolidados e de posse das informações fornecidas pelos participantes foi feita a análise e interpretação das informações fornecidas pelos participantes da pesquisa.

E em seguida foi feito as considerações finais e exposição dos apêndices e anexos.

1.1 Justificativa

No atual cenário educacional o tema educação especial inclusiva vem sendo bastante debatido nos espaços educacionais, nacionais e internacionais. É antenado nessa discussão que este trabalho tem o propósito de se construir uma educação que acolha as especificidades de cada criança na busca de se construir uma educação de qualidade heterogênea que contemple todas as formas de aprendizado.

Promover educação para todos é um desafio mundial, mesmo com os avanços dos últimos anos, muitas crianças e jovens ainda estão fora das salas de aula isso se dá por vários motivos como por questão de gênero e classe social e raça e por terem especificidades como é o caso das pessoas com deficiências. De modo que:

Nos últimos 15 anos, houve progressos significativos em todo o mundo na expansão do acesso à educação, particularmente no nível primário. No entanto, os números mais recentes da UNESCO indicam que cerca de 263 milhões de crianças e jovens com idade entre 6 e 17 anos, na maioria meninas, não frequentam a escola atualmente (UNESCO, 2016). Projeções indicam que 25 milhões dessas crianças nunca entrarão em uma sala de aula. Existem significativas disparidades de gênero, em que meninas representam dois terços do número total de crianças fora da escola (UNESCO, 2019, p.12).

Segundo a UNESCO as crianças de países em desenvolvimento são mais penalizadas nestes processos de escolarização e têm mais chances de reprovação ou de não concluírem o ensino básico.

Em se tratando dos países mais desenvolvidos existe a questão da migração onde crianças e jovens estrangeiros ficam de fora das instituições de ensino.

Já no texto da educação especial inclusiva as crianças com deficiência estão entre os grupos mais vulneráveis e marginalizados, isto acontece por vários fatores e por não existir uma política social voltada para esse público cada países criam suas próprias formas de incluir essas pessoas no sistema educacional. Dessa forma, algumas vezes esses sistemas não mais excluem do que inclui as pessoas com necessidades educacionais especiais no universo escolar.

Talvez por ser um grupo vulnerável as pessoas buscam ajudar as Crianças com deficiência não porque os vejam como seres humanos com igualdade de direitos à educação, mas por sensibilidade, abraçando a causa e na intenção de fazer com que essa criança alcance junto aos demais formas de se sentirem incluídos no processo de ensino aprendido.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura - UNESCO (2019), comenta alguns países a educação para essas crianças ocorre em diferentes contextos: escolas e centros especiais; aulas especiais em escolas integradas; ou escolas inclusivas que trabalham para identificar e remover barreiras, e permitir que cada estudante tenha participação e conquistas em ambientes convencionais.

Portanto tem se tornado um desafio inclusão de crianças e jovens em cada lugar e assim não pode ser afirmado que nos países mais ricos pelas crianças terem acesso às escolas, não caracteriza inclusão pois a grande maioria sai sem nenhuma qualificação.

Desta forma é percebido que as políticas públicas variam no que se refere a educação especial inclusiva. Nesta dinâmica em alguns lugares a inclusão realmente existe, mais em outra, as crianças com necessidades frequentam escolas comuns, mas continuavam sendo tratados como pessoas diferentes o que faz com que elas fiquem longe das experiências educacionais comuns para todos. Essa forma excludente faz com que as pessoas com necessidades especiais desistissem de frequentar os espaços educacionais, pois, para elas, as atividades e o modo em que elas são abordadas não acrescentam nada em suas vidas.

A ideia da educação inclusiva tem em sua essência a socialização de crianças e jovens no universo escolar onde todos possam compartilhar suas experiências de aprendizagens, cada um com suas especificidades, pois cada ser humano desenvolve suas próprias maneiras de aprendizagens.

Durante muitos anos percebemos e nos deparamos com pessoas que tem ou passa a ter dificuldade de aprender a ler, escrever, entender ou resolver com praticidade muitas situações simples da vida.

Ainda na infância percebi essa dificuldade porque tenho uma irmã que frequentava a escola desde a primeira escolarização e ainda no ensino fundamental saiu da escola porque começou com desmaios, quadro conhecidos como *epilepsia*¹, é uma doença caracterizada por

¹ Epilepsia – é uma descarga no cérebro, uma doença que causa crises epiléticas recorrentes que pode ser tratada e prevenida. Se não receber tratamento, aumenta o risco de morte súbita. de acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde disponível em www.saude.gov.br/bvs

uma” predisposição permanente do cérebro em originar crises epilépticas e pelas consequências neurobiológicas, cognitiva, psicológicas e sociais destas crises” dessa forma alunos e professores ficavam amedrontados, tinham medo e, além de não querer ter contato, acreditavam que era contagioso, além do estereótipo de que essas pessoas não tenham a capacidade de aprender deixando esses indivíduos à margem da sala quando estes insistiam em continuar o estudo. Assim:

Deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOLLFMAN, 2004, p.6).

Para o autor, um sujeito com características estranhas nasce com uma marca e invisível para a sociedade. A literatura e as histórias contadas pelos mais antigos também demonstraram que durante muito tempo, uma pessoa que apresenta o quadro supracitado, é alguém considerada frágil, que não consegue realizar todas as atividades de uma pessoa dita normal, por possuir certas limitações. Dessa forma, uma pessoa que possui características estranhas, ou seja, diferente do sujeito considerado socialmente normal, ao saírem nas ruas, recebem várias denominações tais como doidos, retardados, débeis etc. Já na escola, essas mesmas pessoas, além da denominação citada, também são taxadas de burros, aqueles que não tem a mesma capacidade de raciocínio da maioria dos alunos da turma.

A dificuldade de aprendizagem impede os alunos de ter acesso e permanecer no centro do conhecimento ficando a margem e fora do processo do ensino aprendizagem, sendo que essa exclusão está presente na escola e diversos espaços da sociedade.

Atualmente participo de um projeto no Município de Redenção-Ce cuja função desse sujeito na prática dentro da escola é auxiliar os professores que têm alunos com necessidades especiais, facilitando a mobilização e aprendizado dos alunos com deficiências.

Nesse acompanhamento venho percebendo o desafio dos docentes em planejar e atender todos alunos, os ditos normais e os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Também, a preocupação e ansiedade dos pais para que seus filhos aprendam e se envolvam com as atividades desenvolvidas em sala de aula. E dentro desse processo vejo que os alunos deficientes são indiferentes a maioria dos conteúdos ministrados e das ações trabalhadas na sala de aula.

Percebe-se que a forma como a escola ver e tratar a inclusão era algo que necessitava ser revisto; uma vez que “incluir” não é somente o aluno fazer parte de uma turma e está dentro

de um espaço escolar, mas sobretudo participar desse processo escolar, é estar contemplado nos métodos e planejamentos orientados para aquele nível, de forma a obter um desempenho social significativo, capaz de chegar a uma educação de qualidade.

A sociedade atual necessita de um sistema de ensino que se volte de forma especial para o exercício de práticas pedagógicas que desperte para a diversidade e respeite as diferenças, transformando o ensino em uma educação inclusiva.

O papel da escola deve ser de auxiliar na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, a fim de que ela se torne um cidadão. Esse olhar inclusivo precisa com urgência suscitar discussões no âmbito escolares, visto que na prática educativa se percebe uma dificuldade de envolver os estudantes com alguma necessidade especial no processo do ensino e aprendizado, visto que precisa ter conhecimento real dos alunos, saberes necessários para entender inclusão e realização de um planejamento intencional que inclua a todos.

Contudo se observa nos docentes um despreparo para envolver a todos os discentes no dia a dia da prática educativa de todos os níveis e modalidades, incluindo as crianças da educação infantil.

Ao abordar a temática da educação inclusiva tenho a pretensão de instigar os docentes a refletirem sobre o processo de ensinar e aprender que envolva e atinja a todos os estudantes, vislumbrando estratégias de aprendizagens inclusivas com possibilidades de serem desenvolvidas dentro das salas de aulas das escolas, no entendimento do percurso e desafios encontrados nesse processo inclusivo. Dessa forma, esta pesquisa tem como pergunta central: Como acontece a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais nas salas de referências II buscando fazer uma reflexão a partir da temática educação especial inclusiva?

Logo abaixo são apresentados os objetivos deste estudo.

1.2 objetivos

Sentindo a necessidade de ampliar a visão sobre conceitos antigos voltados para a educação especial inclusiva no contexto educacional reconhecendo que o princípio da inclusão não consiste em juntar todos num único espaço, mas desenvolver práticas pedagógicas amplas, eficazes que elevem a todos para um outro nível de aprendizado.

Em face dessas discussões e na tentativa de aprofundar essa temática a pesquisa tem como objetivo geral: Identificar como acontece a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais nas salas de referência II da educação infantil buscando fazer uma reflexão a partir da temática Educação Especial Inclusiva.

Na perspectiva de responder de forma representativa a esse estudo pretende-se de forma mais específica:

- Conhecer as concepções docentes a respeito da educação especial inclusiva.
- Refletir sobre a inclusão de crianças especiais na educação infantil.
- Identificar possíveis avanços e as dificuldades acerca da promoção da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No próximo capítulo foi abordado a trajetória metodológica da pesquisa onde consta o espaço pesquisado, os sujeitos participantes da pesquisa, tipos de pesquisa e definição dos instrumentos de coletas de dados e de posse das informações pesquisadas, análise e interpretação desses materiais coletados.

1.3 Abordagem metodológica da pesquisa

A pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo por meio dos instrumentais utilizados visa coletar as informações através de um questionário com questões objetivas e subjetivas aplicadas aos docentes das salas de referências II da escola Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, e por meio desse instrumental tem-se a pretensão de conhecer o pensamento docente do que seja inclusão, refletir o processo de inclusão dos alunos da educação infantil com necessidades especiais e registrar as dificuldades e avanços dentro desse processo inclusivo. Assim:

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de papel (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, pesquisa *ex-postfacto*, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante) (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 54)

A atividade de campo é a atividade executada onde o fenômeno estudado ocorre, englobando coleta e registro de dados cujo:

(...) objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 59).

A Pesquisa de campo tem o intuito de aprofundar os estudos nas questões que se colocam para serem pesquisadas, com propostas de descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas por meio do google forms e disponibilizadas a (6) seis participantes que trabalham

no CEI Francisca Arruda de Pontes que aceitou participar da pesquisa: a Diretora, a coordenadora pedagógica, (2) duas Agente de Desenvolvimento Infantil (ADI) e (2) duas professoras.

O formulário online foi composto por 3 etapas: na primeira os entrevistados apresentaram seu perfil. Na segunda etapa foram feitas perguntas sobre a formação e projetos desenvolvidos na escola e na terceira foi exposto a visão sobre o assunto em estudo.

A fundamentação teórica é iniciada na página seguinte onde é apresentada as leis consideradas importantes para entender a importância da educação inclusiva na prática educativa, percebendo que as leis são instrumentos poderosos quando discutidas e efetivadas no fortalecimento da defesa dos agentes minoritários e vulneráveis dentro da sociedade.

2 MARCOS IMPORTANTES DA EDUCAÇÃO E DA INCLUSÃO

Ao longo dos anos vem se percebendo movimentos de lutas que avançam no sentido de garantir que todos independente de raça, religião, cor e pessoas com deficiência tenham garantido o seu direito de aprender. Esse panorama vem se fortalecendo na área da educação, entendendo que todos têm direitos iguais quando se referem ao processo de ensinar e aprender.

De acordo com Monteiro (2016), as leis da idade antiga e média não eram favoráveis aos deficientes, esses já tinham destinos de serem lançados em precipícios, pois naquele tempo havia uma supervalorização do corpo belo e forte, que favorecia a luta nas guerras. Portanto, quando eram crianças com deficiências ou doentes eram abandonados à própria sorte para morrer, como, por exemplo: “Em Esparta crianças portadoras de deficiência físicas ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono” (MONTEIRO, 2016, p.1 Apud PESSOTTI, 1984, p.12).

As concepções foram se moldando pelas discussões e novos pensamentos surgiram no formato de leis e amparos legais abrindo precedentes para uma educação inclusiva no atendimento diferenciado às crianças especiais. Se todos são iguais perante as leis brasileiras, nenhuma criança sendo ou não deficiente não poderia estar fora do ambiente escolar.

Adotada por aclamação na cidade de Salamanca, Espanha, neste décimo dia de junho de 1994, a Conferência Mundial falou da problematização da Educação inclusiva e defende a ideia de educação que vá além do propósito de se aprender a ler e escrever, mas de uma educação que respeite as diferenças sem fazer diferença e fazer a inclusão dos alunos sem necessidade especiais no cotidiano das crianças especiais e conseqüentemente coíbe o preconceito e discriminação.

Durante esse espaço de discussão é notado que as instituições de ensino são os espaços mais propício para se desconstruir os paradigmas que foram gerados ao longo dos anos sobre as deficiências e suas limitações, e também tem a possibilidade de conscientizar as crianças em seus primeiros anos de vida sobre as especificidades de que cada pessoa não mudará o pensamento de todas, mas com certeza fará uma grande diferença no futuro.

Quanto ao embasamento legal, houve grande avanço, em especial na Educação onde há uma política já bem estabelecida de inclusão dos estudantes nas escolas regulares dispendo de documentos oficiais que garantem a igualdade de direitos entre todos os indivíduos. Essa política é fundamentada em diversos documentos tais como, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Política de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), além das já citadas CF e LDB, entre outras.

A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º ressalta a valorização da vida desde a sua concepção. Já o artigo 4º do Decreto nº 678 de 06 de Novembro de 1992 em relação ao direito à vida complementa que “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida”. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”.

A Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

A mesma lei determina que o estado deve assegurar o aprimoramento dossiês temas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. considera a criança um ser Histórico e de direitos que envolvidas em situações práticas e cotidiana, vivenciando uma dinâmica de interação e relação com os outros, constrói sua identidade e aprendem de forma ativa a serem protagonistas de suas próprias histórias (BRASIL, 2015).

Na contemporaneidade, a inclusão vem se apresentado como um novo conceito de aceitação das diferenças e promotora da igualdade do bem estar de todos sem distinção. Nesta perspectiva de prover a inclusão, as instituições de ensino estão tentando se adequar ao novo modelo de educação.

A seguir, o capítulo 3 apresenta a definição da educação especial como o espaço que pensa um processo em separado, quando se trata de atender estudantes com deficiência e educação inclusiva referindo a alunos especiais quando faz prevê uma adaptação do sistema educacional na garantia e permanência dos alunos com necessidades especiais juntos, no ensino regular.

3 O SISTEMA EDUCACIONAL E A INCLUSÃO

A Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

A educação tem passado por transformações e junto com educação comum outras maneiras de educação foram se formando a Educação Especial e Educação Inclusiva fazem parte deste contexto educacional.

3.1 Educação Especial

O momento histórico que perpassava as pessoas com deficiência demonstra a conquista por direitos que estavam sendo privados pela sociedade, pois no seu percurso histórico não davam os mesmos direitos postos aos ditos “normais”, revelando situações de discriminação, exclusão e segregação.

A deficiência era relacionada a forças demoníacas, levando a julgamentos, perseguições e encarceramento. Os padrões sociais eram determinados em um sentido ético, moral e intelectual, e sob a forte influência da Igreja. Aqueles que não se enquadravam dentro dos padrões estabelecidos eram punidos ou condenados. Nessa época ter um filho excepcional, era visto como uma espécie de maldição, às vezes ligado a algo diabólico. Esses “diferentes” podiam ser executados na forca, ou queimados vivos, como no período da Inquisição (NASCIMENTO, 2014, p.16).

A fala de Nascimento (2014) vem reforçar o relato de uma aluna do curso de pedagogia da Universidade Internacional Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB) sobre a crueldade que as crianças que nasciam com deficiência sofriam, segundo a aluna o infanticídio foi abolido do seu país, mas a segregação não, os pais ainda tentam esconder seus filhos que nascem com mar formação ou que apresente algum transtorno mentais, a aluna acredita que isso acontece porque foram muitos anos destas praticas criminosas e que culturalmente essas ações ainda permeiam o pensamento dos mais velhos do país.

A prática de segregação nas escolas provém das mais diversas situações de exclusões que pessoas com deficiências foram submetidas, todos esses processos refletem diretamente no cotidiano dos alunos da contemporaneidade.

Quando as pessoas com deficiência eram excluídas das sociedades sobre a alegação de que eram incapazes ou incapacitadas, e por isso eram postas à margem do convívio social, inclusive da acessibilidade à escola. Esse processo passa por mudanças atitudinais e, principalmente, pela existência de leis que assegurem direitos às pessoas com deficiência (CUNHA, 2015, p. 70-71).

O sistema educacional criava exclusão ao criar escolas que classificava as crianças e jovens por categorias e estereotipando suas necessidades educacionais especiais. A partir do momento em que essas pessoas eram classificadas automaticamente elas passavam a serem discriminadas e passavam a fazer parte de uma educação segregada excludente.

Para a autora Oliveira et. al (2018), foram elaboradas salas de aulas que seriam destinadas a esses educandos como:

peças com cegueira, surdez, com deficiência física, intelectual, etc. Estes núcleos especiais possuem programas próprios, como técnicos e especialistas, que constituíam um sistema de educação especial diferenciado em relação ao sistema educacional geral, ou seja, dentro do sistema educacional existiam dois subsistemas escolas especiais cresciam e se multiplicavam por diferentes etiologias: que não se interligavam: educação especial e educação regular (OLIVEIRA et al, 2018, p 84).

As pessoas com deficiência especiais em sua grande maioria eram consideradas loucas e essa condição gerava preconceitos e ocasionava internamentos forçados em hospitais psiquiátricos e esses indivíduos eram submetidos a tratamentos desumanos ficando afastados do convívio social. Já as crianças, o processo histórico nos apresenta que em certos lugares quando nasciam com algumas imperfeições eram sacrificadas.

Em uma palestra na UNILAB, promovida pela professora do curso de pedagogia da disciplina de Educação Especial Inclusiva (2020), promovida pela professora do curso de pedagogia da Disciplina de educação inclusiva, uma discente estrangeira revelou que antigamente em seu país, as crianças com deficiência físicas eram deixadas na praia para que a maré os levasse para longe, assim junto com as crianças iriam todas as possíveis tragédias anunciadas pela sua má formação. Mesmo fim trágico tinham as crianças que tinham outras deficiências. Para a estudante essas situações eram ainda mais desumanas quando percebiam que a criança portava alguma anormalidade e mesmo já sendo crescidas, elas tidas como seres com estigmas de maus presságios, e se não fossem mortas muitas coisas ruins poderiam acontecer com todos da comunidade em que elas pertenciam.

A presença do aluno com deficiência na escola comum tem gerado conflitos em decorrência da falta de experiência dos educadores, de modo que será preciso criar estratégias de interação do público alvo com os alunos da escola comum, assim conforme Urel (2011):

Diante deste panorama, a concepção de educação inclusiva tem se fortalecido no sentido de que a escola tem que se abrir para a diversidade, acolhê-la, respeitá-la e, acima de tudo, valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa. (UREL, 2011, p. 3)

Uma nova história está sendo construída a partir da Educação Especial Inclusiva, no entanto só passará a existir concretamente a partir do momento em que os alunos se sentirem

pertencentes aos espaços educacionais. Tarefa árdua tanto para os profissionais da educação quanto para as crianças especiais, devido a longa história de exclusões vividas por pessoas com deficiência.

3.2 Educação inclusiva

Para alguns escritores o tema educação inclusiva é relativamente novo, e isso se reflete pelos longos anos em que essas pessoas que possuíam algumas deficiências especiais sofriam segregações, sendo impedidos de participarem do convívio social e familiar. Sobre esta questão a autora Urel (2011) comenta que:

O movimento denominado de inclusão escolar é relativamente novo se considerarmos o grande período de exclusão escolar que muitas minorias historicamente marginalizadas viveram, sendo estas impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso à educação. (UREL, 2011, p. 82).

A escola inclusiva terá que construir métodos que faça com que os alunos se percebam como indivíduos pertencentes aos espaços escolares e que são capazes de aprender e assim continuarem nas escolas, os alunos com necessidades especiais enfrentam barreiras como a sensibilidade aos lugares que não possuem estruturas para recebê-los as escolas estão tentando se adequarem mas ainda deixam a desejar em muitos aspectos e essa deficiência nas turmas de escolas e creche se dão pelo fato de que as escolas regulares durante muito tempo não eram construídas e pensada para receber demanda de crianças com necessidades especiais.

Na visão do autor abaixo citado os sujeitos são conhecidos e sentem o agir e o comportamento do outro em relação a eles - os deficientes- na relação e recepção.

O cego, o doente, o surdo, o aleijado nunca podem estar seguros sobre qual será a atitude de um novo conhecido, se ele será receptivo ou não, até que se estabeleça o contato. É exatamente essa a posição do adolescente, do negro de pele clara, do imigrante de segunda geração, da pessoa em situação de mobilidade social e da mulher que entrou numa ocupação predominantemente masculina (GOLDFMAN, 2004, p.15).

Os professores da escola comum estão acostumados a fazerem um plano de aula em que, na sua concepção de professor, será entendido por todos os alunos ditos normais. Tornar esses planos flexíveis para adequar-se aos alunos com necessidades especiais, torna-se complexa pois exige dos professores metodologias específicas no modo de aprender dessas crianças.

De modo particular, o processo de inclusão na sala de aula deve apresentar uma diversidade de práticas didáticas, como abordagem de aprendizagens diferenciadas e materiais adaptados que potencializam as habilidades dos estudantes com deficiência com conteúdo que estejam de acordo com suas experiências no tocante ao seu conhecimento, pois uma criança com deficiência ela desvia se um pouco das crianças ditas como normais. Por esses motivos os

pedagogos devem estar sempre atentos no sentido de explorar as principais habilidades que cada criança possui sempre motivando as de forma fraterna em cada avanço que essas crianças tiverem e com muito carinho e atenção, reformular conteúdos quantas vezes forem necessários pensando sempre em estratégias para um melhor desempenho escolar desses educandos.

Nesse sentido é preciso abandonar a ideia de que ter um estudante com deficiência na sala de aula regular pode trazer atitudes negativas, que elas possam prejudicar ou atrasar o desempenho escolar das outras crianças, essas especulações acontecem simplesmente por não existirem políticas públicas que definam uma descolonização dos currículos educacionais que contemple toda e qualquer criança. Considerando que:

[...] construir conhecimentos implica uma ação compartilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas, diversidade de níveis de conhecimento de cada criança pode propiciar uma rica oportunidade de troca de experiências, questionamentos e cooperação. A aceitação da criança deficiente pelos colegas vai depender muito do professor colocar em prática uma pedagogia inclusiva que não pretenda a correção do aluno com deficiência, mas a manifestação do seu potencial. A escola, nesta perspectiva, deve buscar consolidar o respeito às diferenças, vistas não como um obstáculo para o cumprimento da ação educativa, mas como fator de enriquecimento e melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, tanto para alunos com deficiência quanto para aqueles sem deficiência (FLORIANI, 2017, p. 43).

Pensar em currículos educacionais descolonizados é pôr em prática a educação inclusiva com a contemplação de todas as especificidades de cada deficiente, é como a professora Fabíola Barroca² falou em uma aula da Disciplina fundamentos da educação inclusiva que é ministrada por ela, não se pode colocar uma criança em uma sala de aula simplesmente para dizer que existe inclusão escolar no ambiente, para ela isso não é inclusão e sim uma maneira de maquiagem o problema. De modo que para se fazer uma inclusão de forma correta primeiramente é preciso se estabelecer de qual deficiência está se falando se é neurológica ou mental e dessa forma se criar mecanismos de ensino que venham beneficiar as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

Sabe-se das complexidades que implica no desenvolvimento das práticas pedagógicas. São múltiplas as dimensões e implicações, por conta dessas diversidades é necessário muito esforço e trabalho para se construir uma educação inclusiva que venha romper com padrões normativista na implantação da educação igualitária para todos. Para fazer uma educação de

² Fabíola Barroca – Professora do curso de pedagogia, ministrante das Disciplinas: Fundamentos da Educação Inclusiva.

inclusão com qualidade é necessário estabelecer parâmetros de igualdade sem exclusão de culturas, e criar mecanismo que integralize as diversidades em um único objetivo de fortalecer as múltiplas visões, na criação de novos ambientes propícios à inclusão.

3.3 Inclusão e Educação Infantil

O tema da educação inclusiva é bastante conhecido no sistema educacional, apesar do mesmo ter ganhado força na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 70, seria a terceira fase que constitui a fase da integração, quando os alunos com deficiência começaram a ter acesso à classe regular.

A creche antes de ser um espaço educativo era um lugar de acolhimento das crianças, enquanto os pais cumpriam sua jornada de trabalho. As autoras Bastos (2017), Valentim (2018), comentam que essa ideia de educação infantil surgiu na França a partir do século XIX com uma denominação diferente da que conhecemos atualmente, pois o termo educação infantil é relativamente novo, onde “creche”, tem uma relação com a palavra manjedoura, trazendo a ideia de acolher, cuidar, e é pensada principalmente na primeira infância.

Diferente de antigamente, hoje há um reconhecimento de que a maioria das descobertas da vida das crianças são realizadas na primeira infância, onde exploram os ambientes ao seu redor se descobrindo e na interação buscam afinidades com outras. Nesse formato, a ideia de salas de aulas heterogêneas é incluir as diversidades em único lugar e agregar conhecimento e produzir inclusão.

As crianças com deficiências na sociedade compartilham das mesmas situações de inferioridade a que são submetidos os negros e pobres no meio social. Assim como demonstrado, criou-se discriminações sobre as capacidades de adentrar numa faculdade e na realização de diversas tarefas, e como forma de igualdade foi oportunizado a esses em forma de cotas para que pessoas negras e com deficiência pudessem frequentar as universidades e as pessoas deficientes tenham o direito a trabalhar.

No Brasil existem várias formas discriminatórias que se perpetuam por vários séculos. Essas experiências de discriminação se fazem presentes sempre nas pessoas que aparentemente são mais vulneráveis, como pessoas negras, faveladas e deficientes para tentar fazer uma equiparação entre todos a constituição de 1888, estabelece direitos e deveres para todos os cidadãos sem distinção. Embora muitas barreiras tenham sido eliminadas por iniciativas de movimentos que visam a igualdade para todos, a caminhada é árdua no que se refere à igualdade, praticamente todos os dias são noticiados fatos de discriminação contra pessoas que apresentam algum destes fenótipos seja pela cor da pele, níveis sociais ou deficiências.

A construção de escola inclusiva desde a educação infantil visa perceber particularidades de cada criança e de como elas se comportam nesses espaços de interação uma escola inclusiva deve conter em seus projetos pedagógicos intervenções que contemple os alunos com deficiências especiais, além de prover o bem estar das crianças com espaços de recreação e banheiros adaptados e rampas de acesso, assim para Urel (2011):

[...]a escola comum não está preparada para tal tarefa, ou seja, nossa escola não é inclusiva e não sabe ser, o que significa que sua transformação no sentido de cumprimento legal e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica. Essas alterações envolvem vários aspectos: estruturais, econômicos, instrumentais, de recursos humanos, pedagógicos etc. (UREL, 2011, p. 86).

Para se construir uma educação verdadeiramente inclusiva é necessário renúncias aos velhos hábitos que foram se gerando no sistema educacional. Uma forma de exclusão é normatização e padrões que qualificam os alunos nos espaços de ensino. De acordo com Nascimento (2014, p. 11): “É preocupante quando nos damos conta de que muitas escolas até agora, não conseguem assegurar a educação de qualidade às nossas crianças, e continuam ainda com uma prática mais excludente do que inclusiva.”

A implantação de uma educação inclusiva se esbarra nas normas tradicionais que cercam os antigos ambientes de ensino eles foram projetados para receber determinados perfis de alunos, com o passar dos anos esses perfis foi se modificando, e gerando um desconforto nas tradicionais formas de ensinar pois a educação inclusiva concebe as escolas como um espaço de todos dessa forma quebra os paradigmas que foram historicamente construídos sobre, de quem pertence a esses lugares.

A educação especial inclusiva não pretende qualificar os alunos como normais ou especiais, mas fazer com que cada criança tenha o direito a estarem inseridos neste contexto escolar. Para se construir uma educação inclusiva é preciso potencializar as habilidades individuais de cada aluno e não as dificuldades, de modo que Nascimento (2014) afirma que:

Inclusão de pessoas com deficiências é sim possibilidade, assim como é possibilidade a construção de uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência. Mas isso só será possível quando cada cidadão, cada um de nós entendermos que o movimento pela inclusão não é algo que está distante; o movimento pela inclusão é algo que deve fazer parte do nosso cotidiano. (NASCIMENTO, 2014, p. 13).

O entendimento desse movimento perpassa a nossa prática em sala de aula, quando busca conhecer e trabalhar estratégias que inclua a todos, assim é a intencionalidade dos documentos voltados para a educação infantil. “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens” (BRASIL, 2010, p. 20).

É sabido que por muito tempo o ensino era acessível para poucos, os movimentos de lutas, as legislações são suporte que auxiliam na escrita de uma nova história na trajetória escolar, e nessa dinâmica, os professores instigam as crianças a curiosidade, a entender o mundo ao seu redor e auxiliam no seu desenvolvimento pessoal, emocional é o exercício do trabalho que faz melhorar a cada dia a prática.

Nenhum professor está preparado para trabalhar com a Inclusão Escolar até o momento em que chegue a sua turma um aluno a ser incluído, ou seja, ninguém em nenhuma situação está preparado para resolver algo que nunca vivenciou. [...] Mas o verdadeiro professor consciente de seu compromisso e desafio ético de educar a todos que pertencem ao seu alunado, [...], o bom educador reconhece que sua formação é permanente, contínua e flexível. [...] O bom educador preocupasse com o seu processo de autoconhecimento, com a descoberta de conhecimento e interesses próprios, com suas motivações pessoais. (FIGUEIRA, 2011, p.35 e 36).

O entendimento de que os estudantes compartilham do mesmo ambiente de aprendizagem e que independentemente de qualquer impedimento tem o direito de aprender, perpassa pela visão e compromisso do educador.

3.4 O PPP do CEI Francisca Arruda de Pontes na perspectiva da educação inclusiva

Ao analisar o plano educativo da instituição, a medida que vê a missão, os valores, os projetos desenvolvidos na escola, as parcerias existentes com a famílias, também se busca constatar as habilidades das crianças quantitativo de crianças educativas especiais, tipo, recursos, e as atividades voltadas para o atendimento de crianças.

O documento demonstra que a missão da escola é discutir e planejar a educação inclusiva: “A educação inclusiva especial, portanto, é um direito da criança com necessidades especiais, e deve ser respeitado não só na escola, mas em todos os espaços que ela possa ocupar” (CEARÁ, 2019, p. 40). Nesse contexto, a unidade escolar deve estar bem preparada e articulada para receber de forma acolhedora a diversidade de crianças que chegam para dar vida a esse espaço.

Importante também reconhecer a existência de barreiras à efetivação desse paradigma. Nesse contexto, a escola tem trabalhado para garantir um ambiente saudável e estimulador, buscando conhecimentos por meio de pesquisas, diálogos com profissionais especialistas e pais na garantia de um bom desenvolvimento da criança com necessidade especial.

Na escola Francisca Arruda de Pontes a proposta pedagógica da escola aponta adaptação dos espaços e equipamentos, estratégias adequadas, atividades adaptadas às especificidades das crianças; cuidadores e encaminhamento para psicólogos, Psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, Fonoaudiólogos ou neuropediatras do município, que realizam o atendimento no

Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado (NAPE). Mesmo que nesse trajeto encontramos vários desafios, que nos coloca a reflexão do contexto que estamos vivendo.

No plano da escola pesquisada já entende que precisa avançar muito no que consiste a educação inclusiva, principalmente na formação do professor, profissional esse que vai planejar, preparar e adaptar atividades e experiências para trabalhar com as crianças. A escola expõe no seu documento que o diálogo com os pais das crianças que já possuem laudo é uma ação recorrente na escola, pois o acompanhamento dos avanços e dificuldades que necessitam ser revisto com frequência.

Quanto às crianças nas quais se percebe algumas alterações no comportamento, o Projeto Político Pedagógico (PPP) enfatiza que é produzido relatório e conversado com os pais e/ou responsáveis para juntos buscarem atendimento especializado caso seja necessário.

Quanto aos dados trazidos pelo plano com dados de 2023, a escola Francisca Arruda de Pontes tem 17 crianças com laudos clínico, sendo que há algumas crianças com mais de uma Classificação Internacional de Doenças (CID) e problemas Relacionadas com a Saúde, 16 com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), 01 com Retardo do desenvolvimento fisiológico normal, 02 com Transtornos hipercinéticos – Déficit de Atenção/Hiperatividade - TDAH, 01 com retardo do desenvolvimento fisiológico normal/(CID G40) e o código para epilepsia. Duas crianças apresentaram relatório onde informa que estão em processo de investigação e que também estão sendo assistidas por bolsistas estagiários chamados de cuidadores, que são os estudantes que auxiliam as crianças especiais nas salas de aulas selecionados por edital da prefeitura Municipal de Redenção (CE).

O capítulo quatro apresenta como o estudo da pesquisa foi realizado e descreve a trajetória metodológica do trabalho, definindo o espaço pesquisado, os sujeitos participantes da pesquisa, tipos de pesquisa e definição dos instrumentos de coletas de dados.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Na trajetória metodológica pretende-se traçar o caminho de desenvolvimento da pesquisa, descrevendo o espaço a ser pesquisado, o tipo e os sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos pelos quais serão coletados os dados.

4.1 O espaço pesquisado - CEI Francisca Arruda de Pontes

O Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, está localizado na Zona Urbana, do município de Redenção/ CE. Situado na Avenida da Abolição nº01, próximo ao monumento da Negra nua, marco da libertação dos escravizados em que a cidade foi protagonista.

Figura 1 - Foto da fachada da escola



Fonte: arquivo pessoal

A referida instituição ao longo dos anos tem realizado um trabalho com foco na garantia dos direitos da criança, sobretudo a educação e em parceria com outras entidades e órgão do município também possibilita o direito à saúde, alimentação, lazer entre outros, como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

A escola foi criada pela Lei Nº 1150, de 20 de dezembro de 2005 e pertence à Rede Pública de Ensino, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Redenção/CE, funcionando em regime de externato, com atividades nos turnos manhã e tarde. O mesmo é regido pelas normas legais atinentes à Educação Escolar, obedecendo a legislação brasileira que rege a primeira etapa da educação básica.

O trabalho desenvolvido na instituição está em consonância com as orientações presentes nos documentos legais, tais como: (BNCC, 2017; Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (2019); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI

(2009) e os Parâmetros para Promoção da Qualidade e Equidade da Educação Infantil Cearense (2021). Esse último está em fase de estudo e implementação e tem ajudado a articular reflexões no contexto da Educação Infantil no que consiste a questões pedagógicas, estruturais e do trabalho docente.

Nesse contexto foi elaborado o Projeto Político Pedagógico - PPP e evidencia “que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja formar e para que projeto de sociedade?” (GADOTTI, 1994, p. 42), construído de modo colaborativo e participativo. Destaca-se ainda que o objetivo da instituição está ligado ao ensino de qualidade, no qual todo o processo educacional, está legalmente orientado pelos documentos supracitados e por outros, que assegurem a implantação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, público atendido na escola.

4.1.1 O processo histórico de creche municipal para Centro de Educação Infantil

O Centro de Educação Infantil foi construído no ano de 1991 e inaugurado em 1993, na gestão do Prefeito José Afonso Bezerra, com o nome de Creche Municipal de Redenção. Na época, sua finalidade era atender nos turnos manhã e tarde a 160 crianças carentes do município, do maternal ao Pré II, através de um convênio estadual da Fundação do Bem-Estar do Menor no Ceará (FEBEMCE). Em 1999 passou a ser denominado Creche Municipal Francisca Arruda de Pontes, fazendo homenagem a uma cidadã reducionista, cujo filho – Professor José Américo de Pontes (In Memoriam) - foi um dos grandes historiadores do município de Redenção. É importante destacar que ao longo das últimas décadas o Brasil tem vivenciado importantes transformações em termos do direito à educação, a partir da outorga da Constituição Federal Brasileira de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Estas referências legais supracitadas sustentam-se em uma concepção ampliada de educação, reconhecida como uma prática social situada e atravessada por questões históricas próprias de seu tempo.

Foi nesse contexto que a instituição deixa de ser denominada Creche Municipal e passa a ser reconhecida como Centro de Educação Infantil, por meio dos movimentos que vinham acontecendo e as mudanças nas nomenclaturas, ampliando a compreensão sobre a educação das crianças, bem como atendimento a esse público.

A passos lentos, mas essas mudanças foram acontecendo.

A escola também funcionou em tempo integral, sendo uma das primeiras do município a implantar esse regime, atendendo crianças de 03 e 05 anos, proporcionando-lhes condições

adequadas no que se refere ao seu bem-estar, desenvolvimento do seu potencial, habilidades entre outras questões. O projeto de sala integral além de garantir o direito à criança na escola, também complementava a ação da família, dando oportunidade para as mães que trabalham fora e não tinham onde deixar os/as filhos/as durante o dia, era vista como um espaço de acolhimento e seguro onde as crianças pudessem ficar.

Ao longo da história a instituição teve como grupo de gestores professoras do município: Maria Lucineide Silva, Lúcia de Fátima Costa e Silva, Ana Lourdes Bernardo Chagas (In Memoriam), Maria Auxiliadora Nogueira Saraiva, Maria Marly de Sena Medeiros, Marucia Maria Seixas, Maria Antonia Ferreira Bernardino dos Santos, Sônia Maria Carvalho Tinôco Silva e Marta Caetano da Silva, professor Mestre Antonio Flávio Maciel de Souza Júnior, e atualmente Maria Ivoneide Ribeiro da Silva (Diretora) e Maria Célia de Sousa Fernandes (Coordenadora pedagógica) No quadro docente em exercício, contamos com 01 professora efetiva e 14 contratadas, todas graduadas em Pedagogia com especialização na área e 02 Agente de Desenvolvimento Infantil – ADI, 22 cuidadores. Esses profissionais atendem atualmente a um total de 248 crianças, distribuídas nos turnos manhã (7 às 11h) e tarde (13 às 17 h).

A organização das turmas é realizada de acordo com a divisão etária estruturada na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), na qual reforça a ideia de especificidade do processo de ensino e aprendizagem das crianças organizando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento: bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), esses são divididos em dois grupos: Creches e a pré escola.

Em se tratando de uma escola de Educação Infantil, possui uma proposta pedagógica pautada na formação de caráter através de valores humanos, por meio da educação amorosa e das práticas de cuidado e educação, na perspectiva da integração entre os aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, linguísticos e sociais da criança. Buscando orientação sempre nos documentos normativos que dão base para o trabalho com as crianças e bebês nas instituições de Educação Infantil principalmente BNCC (2017) e o DCRC (2019), que é um documento do nosso estado. As professoras também participam de formações que ajudam a qualificar o planejamento da sala de aula.

O Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes recebe atualmente um total de 248 crianças, distribuídas em 02 turmas de infantil II, que são as crianças de 2 anos de idade nas quais funcionam no horário de 7h às 11h, 04 turmas do Infantil III, ambas se configuram como creche e funcionam de 7h às 11h. Já no contexto de pré-escola temos 02 turmas do Infantil

IV, que funcionam no horário da tarde e 04 turmas do Infantil V, que funcionam também no período da tarde (de 7h às 17h). Nesse contexto de inovação oferece educação para crianças de 2 a 5 anos de idade, nos seguintes níveis:

Infantil II, III, IV e V.

Crianças de 2 anos – Infantil II A e B

Crianças de 3 anos – Infantil III A, B, C e D

Crianças de 4 anos – Infantil IV A e B

Crianças de 5 anos – Infantil V A, B, C e D

Em relação às turmas participantes da pesquisa referente às salas de dois anos têm um quantitativo de 19 crianças em cada turma.

Nas ações de valorização construída pela escola pesquisada nesse contexto os valores agregados na escola, bem como nas ações cotidianas são: valorização da família como parceira no processo educacional de seus filhos/às; Respeito pelas diversidades culturais; Transparência e ética nas relações; Humanização/ solidariedade; Valores humanos com base no instituto Myra Eliane: Amor, paz, verdade, retidão, não violência e respeito.

Na vivência desses valores, a escola pretende contribuir cada vez mais para a qualidade da Educação Infantil, reconhecendo de fato a criança como um sujeito social, histórico e cultural, um ser titular de direitos e que precisa ser respeitado em sua singularidade.

4.2 Tipo e lócus da pesquisa

A pesquisa com abordagem qualitativa é do tipo bibliográfica e tem como objetivo colher e analisar informações a respeito de como se manifesta a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas de referência II do CEI Francisca Arruda de Pontes.

4.3 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa terá o formato de um questionário elaborado no google forms, que será direcionado aos gestores, professores e Agente de Desenvolvimento Infantil – (ADI's), das salas de referências do infantil II da escola supracitada anteriormente. O questionário fornecerá embasamento necessários para compreendermos a problematização que existe sobre o processo inclusão nas instituições de ensino, para as crianças com deficiência que cursam a primeira etapa de escolarização.

O termo inclusão escolar devido ter ficado muitos anos subjugado criou-se disparidade entre o que é novo e antigo. Como citado anteriormente no texto o termo inclusão é novo para alguns no sentido em que mesmo tendo sido criado a muitos anos atrás passou a ter visibilidade na de década de 70, trazendo consigo uma nova abordagem sobre a inclusão escolar.

4.4 Instrumentos utilizados para a coleta de dados

Os conhecimentos práticos teóricos foram coletados e organizados no sentido de uma melhor compreensão dos resultados e análise. O seguinte instrumento de pesquisa foi um questionário semiestruturado aplicado individualmente a (6) seis participantes que trabalham no CEI Francisca Arruda de Pontes que aceitou participar da pesquisa: professor na função de diretora, a professora na função de coordenadora pedagógica, (2) duas Agente de Desenvolvimento Infantil (ADI) e (2) duas professoras atuantes em salas de aula.

A pesquisa foi realizada no mês de junho de 2023 por meio de um formulário elaborado e disponibilizado no “Google Forms” com perguntas objetivas e subjetivas que buscam coletar as informações acerca das concepções docentes sobre inclusão, as formações e possíveis dificuldades e desafios encontrados pelos gestores e professores na aplicabilidade de atividades inclusivas na sala de aula, tendo em vista as salas da educação infantil da CEI Francisca Arruda de Pontes.

O formulário online, foi composto por 3 etapas: na primeira os entrevistados irão apresentar o seu perfil. Na segunda etapa serão feitas perguntas sobre a formação e projetos desenvolvidos na escola e na terceira a visão sobre o assunto em estudo.

Os gestores e professores acessaram inicialmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Anexo 1, e uma vez aceitando participar, o formulário direcionava-os para as perguntas (questões objetivas e subjetivas) conforme Anexo 2.

De posse dos dados coletados, será analisada cada categoria e as questões serão expostas em gráficos e outras descritas conforme resposta dos pesquisados, interpretados à luz dos teóricos expostos nesse estudo.

Em algumas questões os participantes puderam marcar mais de uma opção que se identificavam. Para manter o anonimato dos participantes, eles foram identificados nos resultados com a denominação gestores ou professores seguidos de um numeral que correspondia à ordem das respostas no questionário.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De posse dos dados coletados é vislumbrando as respostas dos 6 (seis) participantes da pesquisa sendo analisada as questões e organizada por partes considerando as categorias: caracterização docente, formação do docente e visão docente sobre o assunto estudo.

Observando o instrumental, as respostas serão apresentadas sem citar os nomes dos participantes, preservando suas identidades e identificando-as por professor seguido de um numeral.

As respostas das primeiras partes das categorias são apresentadas em forma de gráficos e os da terceira etapa serão registrados de forma fidedigna, descrevendo as concepções dos sujeitos participantes conforme seus entendimentos do assunto em destaque.

Na parte 1 que trata do perfil dos participantes, foi apresentado opções para marcar a opção que melhor lhe representa quanto a idade, sexo, raça e identificar a localidade onde reside.

Todos os participantes se declararam ser do sexo feminino com idade que variou entre 19 a 56 anos. Os docentes que participaram da pesquisa representantes da educação infantil na escola Francisca Arruda de Pontes é um público feminino, reforçando a ideia de que as mulheres ainda se apresentam como maioria quando se refere ao ensino destinado ao público infantil. Talvez essa representatividade esteja ligada ao fato de que a educação infantil no século XIX a início do século XX se remetia aos cuidados e proteção, quando as mães deixavam seus filhos com outras pessoas para poderem trabalhar.

Segundo (UREL,2012. p.4), “a história da educação infantil no Brasil nos remete ao surgimento das creches, vinculadas à história da mulher trabalhadora, caracterizando-se como uma instituição substituta do lar materno”.

Ao tratar com os participantes sobre identificação de raças, houve um distanciamento entre negros e brancos, (05) cinco participantes dizem ser negros e apenas (01) um se considera pessoa branca. Essa porcentagem vem evidenciar que nos últimos anos os brasileiros estão aderindo à condição de negro.

Esse quantitativo vem evidenciar que nos últimos anos os brasileiros estão aderindo a condição de negro. A pesar de muitos brasileiros estarem se considerando negros como e o caso das professoras das salas de aula do infantil II do CEI Francisca Arruda de Pontes, o racismo e o preconceito ainda se fazem presentes em muitos lugares.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), 56% da população se declara como preta ou parda. Apesar disso, os negros são tratados como minoria

e sentem de forma cotidiana o racismo. Não estão representados no mercado de trabalho, na educação e sofrem mais com a desigualdade social.

Quanto ao local de residência, a maioria mora em Redenção, apenas duas informaram morar no município vizinho, por nome de Acarape. Isso demonstra que o trabalho não se distancia muito de suas moradas.

Na segunda parte da pesquisa busca coletar dados a respeito de suas formações e projetos desenvolvidos na escola.

Indagados sobre a formação ficou evidenciado que todos os professores tem pedagogia, exceto (01) um que assume a função de ADI que é graduanda do curso de humanidades podendo inferir com os resultados expostos que todos os professores que responderam questionário, apesar de possuírem outras graduações tem base na Pedagogia, conforme preconiza (BRASIL, 2017):

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Quando se trata de tempo na docência, ficou numa escala entre um ano e seis meses e 30 anos. Já quando se refere à atuação docente na escola Francisca Arruda de Pontes varia de 6 meses a sete anos.

Apesar da maioria serem formados para atender aos estudantes daquele nível e possuir algum tempo na escola como educador, (04) quatro dos participantes atuam como contratados e apenas (02) são efetivos e/ ou estão em estágio probatório.

No último item da parte 2 teve a intenção de saber se os pesquisadores fizeram alguma formação sobre Educação Inclusiva de alunos com NEE.

Os participantes da pesquisa em sua maioria fizeram ou estão fazendo curso voltado para a educação inclusiva. As formações foram realizadas de forma on-line, outras em componente curricular e presencial no momento em que está sendo realizado a pesquisa, sendo verificado também que o que foi feito em mais tempo consta de 2 anos. Assim dos (06) seis investigados apenas (02) dois desses participantes não têm formação alguma na área. É preciso entender que na prática o processo de inclusão vai além do conhecimento sobre o assunto,

[...] não se trata de formar um professor centrado na discussão dessa temática com bases na disfunção, ou nas causas orgânicas da deficiência, mas, sobretudo, essa formação precisa abordar as discussões sobre a diferença, sobre o OUTRO, sobre as diferentes formas de se tornar humano e aprender no mundo. (SILVA; RODRIGUES, 2011, p. 64)

Constata-se que, apesar da educação especial inclusiva estar em foco desde da década de noventa, a maioria dos professores ainda não conseguiram acompanhar esse fenômeno chamado educação especial inclusiva. São poucos profissionais que possuem uma formação específica na área; os docentes ainda estão se adaptando a este novo modelo de educação.

Na sequência foi indagado aos participantes se já realizaram alguma Formação sobre educação inclusiva solicitando indicar o período, caso a resposta fosse positiva.

De acordo com as respostas dos entrevistados, a maioria já teve alguma experiência sobre o que é educação especial inclusiva, e já participaram de cursos e até pós-graduação na área da educação especial inclusiva, como já mencionado na questão anterior.

As escolas precisam estar preparadas para atender a todos os alunos, sem distinção e isso implica diretamente na educação para crianças com NEE. Mesmo com os avanços na qualificação dos professores que atuam na educação infantil e conseqüentemente na educação de jovens e adultos da educação especial e inclusiva, a porcentagem de professores com qualificação nesta área ainda deixa a desejar. Os autores Arruda e Almeida (2014) expõem que “Dos 2,3 milhões de professores brasileiros, apenas 55 mil se dedicam à Educação Especial (2,4%), 77,8% com formação específica na área e 47% escolas regulares (53% em escolas especiais)” (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p.8).

Na terceira parte do questionário no intuito de compreender, mas sobre o assunto lançamos a seguinte pergunta. O que você entende sobre educação especial inclusiva? Os participantes responderam:

Entendo que todos somos diferentes. E sobre a educação inclusiva, entendo que todos temos os mesmos direitos, mas dentro da equidade, ou seja, que estejamos incluídos sendo garantido direitos específicos respeitando as particularidades, singularidades. Portanto educação inclusiva quer dizer ninguém de fora, mas cada um sendo atendido com equidade. (professor 1)

Entendo que educação inclusiva é uma realidade necessária. (Professor 2)

Garantir um ensino de qualidade a todos os alunos com algum tipo de necessidade especial, além de proporcionar um ambiente acolhedor onde favoreça a convivência com a diversidade entre todos os alunos. (Professor 3)

O ato de incluir a criança de forma prazerosa e respeitosa na sociedade. (Professor 4)

Uma educação que consegue acolher todos dentro de suas limitações, usando da equidade. Mas com o mesmo propósito para todas as crianças, de uma forma igualitária. (Professor 5)

Que não é só colocar a criança em sala de aula, é trabalhar a socialização com as outras crianças na roda de conversa, trabalhar suas dificuldades com jogos, brincadeiras. (professor 6).

Observando as respostas registradas pelos participantes, percebe-se que quando se trata de educação inclusiva entendem que está relacionada a equidade, respeito às particularidades dos alunos e que a educação inclusiva apresenta em suas características uma escola que acolhe, integra, manifestando a todos o direito de aprender, mesmo os que têm limitações.

A educação especial inclusiva tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e jovens com necessidades especiais. Esta forma de educação tem por finalidade a função de estabelecer mecanismo que inclua todas as crianças no universo escolar, sem fazer categorização e criando estratégias de inclusão de acordo com as necessidades de cada aluno. No entanto[...]

[...] Espera-se da escola inclusiva competência para desenvolver processos de ensino e aprendizagem capazes de oferecer aos alunos com deficiência condições de desenvolvimento acadêmico que os coloque, de forma equitativa, em condições de acessarem oportunidades iguais no mercado de trabalho e na vida. o que inclui a todos sem distinção. (UREL, ANO 2012, p 3-4).

Na sequência da pesquisa foi interrogado os participantes se em suas salas de aula é desenvolvido atividades voltadas para as crianças com deficiências, e na mesma questão citar as atividades caso houvesse marcado sim. As respostas a essas indagações são as seguintes:

Não estou em sala de aula, mas nesta instituição as professoras são orientadas a prepararem atividades específicas que garanta o alcance da necessidade de cada criança laudada em sua sala de referência. E nas outras experiências que as crianças deficientes sejam incluídas dentro de suas condições. (professor 1).

Não estou em sala de aula: Mas nesta instituição temos sim atividades voltadas para crianças com deficiência. (Professor 2).

Não exatamente. (Professor 3)

Sim, em partes. (Professora 4)

Sim, trabalhamos mais com atividade lúdica para que todos possam participar. (Professor 5)

Sim. (professor 6).

Os participantes da pesquisa registraram em suas respostas que realizam atividades em sala voltadas para as crianças com NEE, no entanto não citaram nenhuma tarefa que comprovasse tal ação. Alguns não tem certeza de que as atividades feitas em sala atinjam essas crianças quando em seu comentário aparecem frases do tipo: “não exatamente”, “sim, em partes”.

As atividades pedagógicas e educativas devem ser compatíveis com as NEE dos alunos. As atividades devem ser planejadas devendo desenvolver as atividades lúdicas, as de socialização, integração, regras, rotinas, material concreto que facilite a vivência e aprendizagem no dia a dia.

Assim, para que a inclusão se efetive os professores precisam investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo às suas

necessidades e propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento. Porém, como na maioria das vezes não há um perfil único da deficiência, é necessário um acompanhamento individual e contínuo, tanto da família como do docente e até de outros profissionais. (SILVA E RODRIGUES, 2011, p. 62).

A última pergunta da parte 3 solicitava aos participantes citar quais os avanços e as dificuldades encontrados para realizar um trabalho inclusivo na sala de aula.

As respostas foram as seguintes:

Dificuldades ainda há por parte de família que não colaboram na educação dessas crianças, alguns profissionais que não acompanham com formação específicas para tal. (Professor 1)

Temos hoje alguns avanços como: A lei que garante um cuidador para crianças com deficiência e equidade na educação. Como dificuldades ainda temos o tabu, e a falta de conhecimentos específicos por parte de algumas famílias e sociedade. (Professor 2)

Falando pela escola que trabalho o avanço no aspecto que a criança que tem alguma necessidade especial tem um “cuidador” que na qual auxilia nas atividades, e em outros afazeres em sala de aula, pois na maioria das vezes o professor não consegue dar atenção que o aluno necessita por conta da demanda dos outros alunos, já que as turmas são bem numerosas, em relação às dificuldades ainda são muitas a citar a falta de material e recursos para os alunos que necessitam de um cuidado maior. A falta de formação adequada dos professores entre outras coisas. (professor 3)

Falta de conhecimento, falta de materiais, falta de informações continuadas, e apoio familiar etc.(Professor 4)

A maior dificuldade hoje é com as crianças que ainda não tem laudo e conseqüentemente não tem cuidador. Que ajudaria a trazê-los ainda mais para as atividades propostas e a interação com as outras crianças.(Professor5)

Está melhor que temos o apoio dos cuidadores para auxiliar as crianças, as dificuldades são os pais não aceitam que a criança precise de cuidados especiais. (Professor 6).

Analisando esse último questionamento dos pesquisados pode ser visto em seus relatos dificuldades como o tabu que ainda existe, desconhecimento da deficiência por parte dos pais, a falta de colaboração da família na escola em relação ao acompanhamento do filho, a falta do acompanhamento de alguns profissionais, ausência de material, recursos e formação adequada para os professores.

Um dos pontos positivos que chamou mais atenção foi a questão da presença do estagiário cuidador, que foi mencionado em quase todas as falas como sendo avanço para a educação especial inclusiva. Observando os registros, os professores comentam que poder

contar com o auxílio do estagiário bolsista - cuidador dos alunos especiais faz toda a diferença na visão dos docentes e ADIs.

Entretanto, conforme se caracteriza a deficiência do aluno, para garantir sua inclusão escolar pode ser necessária a presença de um cuidador, ou seja, de uma pessoa que o acompanhe de forma mais individualizada no ambiente escolar, em sua mobilidade, necessidades pessoais e realização das tarefas afins. (BRASIL, 2014, p.1).

Os participantes citaram que além de contar com a figura do bolsista cuidador, as famílias e a escola também recebem atendimentos dos profissionais da saúde que atendem essas crianças de forma gratuita com consultas com psicólogos e psicopedagogos e psiquiatras. podendo perceber que os estudantes ao ser atendido por essa equipe e são diagnosticados, são fornecidos laudos que dá direito a ter o bolsista cuidador em sala e receber outros benefícios. mas se percebe também que as dificuldades estão muitas vezes na aceitação dos pais com relação aos diagnósticos dos filhos, e também na falta de preparação/não formação do professor nesta área.

Se percebe nos registros, que os professores e instituições de ensino ainda não estão preparados para receber essa demanda de crianças com necessidades especiais em suas salas, existem salas com dois ou mais crianças com deficiência o que sobrecarrega o professor pois este terá que produzir um plano de aula que contemple as especificidades de cada um, e que na prática é quase que impossível, considerando que eles já terão que dá de conta da classe toda e que na sua grande maioria são bem numerosas.

A falta de recurso é outro problema registrado pelas professoras e diante de todos esses pontos positivos e negativos podemos concluir que nem a escola, nem os docentes sabem lidar com essa clientela que vem a cada dia se fazendo presente nas instituições educacionais exigindo estruturas, recursos e formação para integrar esses estudantes de forma qualitativa e como a temática exige.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão começa a partir do princípio de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa.

A educação que busca incluir os alunos com necessidades educacionais especiais está expressada numa política em que a escola visualiza que todos os estudantes tem direito a adquirir conhecimento olhando cada ser como único e especial. Dessa forma cada estudante tem a possibilidade de aprender, a partir de suas habilidades.

A pesquisa apresenta a temática a educação especial inclusiva - um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes e busca identificar a ocorrência da inclusão especial nas salas de referência II da Educação Infantil. Para ampliar a discussão e tentar responder essa inquietação buscou-se primeiramente conhecer as concepções docentes a respeito da educação especial inclusiva.

Logo foi observado que incluir vai além de integrar os alunos com Necessidades Educacionais Especiais às turmas, é preciso garantir o engajamento e o aprendizado por meio de atividades diversificadas e potencialmente adequadas, atendendo assim, cada especificidades.

Assim pode se pensar que a Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva está associada a ideia de uma educação para todos e no respeito a vida de cada indivíduo, com o intuito de possibilitar a integração e a interação dos educandos no contexto educacional.

Diante da necessidade e da vivência voltado para a inclusão, a reflexão sobre a inclusão de crianças especiais na educação infantil deve ser uma prática constante que se expresse no dia a dia da sala de aula por meio de estratégias que facilitem a aprendizagem de todos, inclusive dos alunos com NEE.

Considerando o processo de inclusão, foi possível identificar avanços e as dificuldades apontadas pelos participantes por meio da pesquisa. Os pais se recusam a aceitar que o filho é especial, por preconceito, ou desconhecimento dos fatos, e assim pouco colabora com a escola no sentido de ajudar os seus filhos a se desenvolver.

A escola, bem como os professores não toma conhecimento e não lhe é participado do acompanhamento desses estudantes com NEE por profissional externo à instituição, há ausência de material, recursos e formação adequada para os professores.

Diante de alguns pontos elencados como dificuldade para lidar com esse público em sala de aula pode-se concluir que nem a escola, nem os docentes sabem lidar com essa clientela

que vem a cada dia se fazendo presente nas instituições educacionais exigindo estruturas, recursos e formação para integrar esses estudantes de forma qualitativa e como a temática exige.

O fazer pedagógico na prática, a forma de ensinar e aprender é um elemento importante para a inclusão escolar na educação infantil. A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas estratégias considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais.

Pelas respostas observadas na pesquisa se percebe que a inclusão está sendo efetivada aos poucos, à medida que a visão sobre esse assunto vai sendo ampliada a depender das discussões favorecidas, dos estudos realizados ao se planejar os projetos políticos pedagógicos e dos cursos de formações que vão sendo oportunizados a esses professores.

Portanto, para que a inclusão se efetive, os professores precisam investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo às suas necessidades e propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento. E tendo em vista que lidam em suas salas de aulas com alunos que apresentam vários tipos de deficiência faz-se necessário um acompanhamento individual e continuado, auxiliado pela família e outros profissionais a que são submetidos.

O cuidador escolar tem um papel fundamental no processo de inclusão do estudante com alguma deficiência física, intelectual e/ou transtorno específico, pois o auxilia nas atividades de alimentação, higiene e locomoção e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária à sua presença. Dessa forma foi uma figura muito bem destacada pelos professores nesse processo de adaptação, interação e aprendizagem. O estagiário bolsista do município quando entende e assume esse perfil de envolver e auxiliar no processo de aprendizado dos alunos com NEE, se torna um apoio dentro da sala de aula para o professor

Diante disso, entende-se que não basta garantir o acesso destes estudantes à escola regular, é necessário o apoio ao docente para que esta inclusão aconteça garantindo-se a equidade no atendimento pedagógico. Isso requer uma formação docente que envolve para além do respeito, a compreensão da diversidade.

Assim, para que a inclusão se efetive os professores precisam investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo às suas necessidades e propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento. Porém, como na maioria das vezes não há um perfil único da deficiência, é necessário um acompanhamento individual e contínuo, tanto da família como do docente e até de outros profissionais.

Em vista disso a inclusão no ensino infantil vem se ampliando e alcançando outros níveis de escalas, percorrendo degraus que merecem uma preparação especial por parte dos docentes e profissionais. A perspectiva é que todas as pessoas tenham o direito à convivência, nos mesmos espaços, com igualdade de oportunidades para que se alcance uma atenção ao diferente e melhor acolhimento a esses estudantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS. Maria Helena Camara. **Um Olhar sobre a história da creche na Europa (séculos 19 e 20)**. RESENHA • Hist. Educ.21(52) • MayAug 2017 • <https://doi.org/10.1590/22363459/64918>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Brasília, DF: Presidente da República,[2016].Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 mai. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____.Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23/05/2023.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal 13.146/15. Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25/05/2023.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 23/05/2023.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Federal 5.626/05**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 25/05/2023.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal 10.436/02**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 25/05/2023.

_____, Ministério da Educação. Catálogo de publicações. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12625-catalogo-de-publicacoes>. Acesso em: 28/5/2023.

_____. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 28/05/2023.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 24/06/2023.

_____. **Projeto de LEI 228 do ano de 2014**. Regulamenta presença de Cuidador Escolar. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/sileg/integras/832529.pdf> Acesso em: junho de 2023.

_____. **Decreto nº 678 de 06 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em maio de 2023.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**, Salamanca-Espanha. FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, Erving. 2004. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada-quarta edição-Tradução: Mathias Lambert. Data digitalização 2004. Data da publicação original 1891.

MORENO, A. C.; FAJARDO, Vanessa. 2013. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual cresce e desafia escolas**. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-cresce-e-desafia-escolas.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MOREIRA, C. **Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcoshistoricos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>. Acesso em: 17 mai.2021.

MONTEIRO. Carlos Medeiro et al. **Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente**. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, vol. 2, núm. 3, pp. 221-233, 2016.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil. 2014**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SARTORETTO, M. L. **Os Fundamentos da Educação Inclusiva. 2011**. Disponível em: http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, L. C. & RODRIGUES, M. M. (2011). **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na educação inclusiva**. In C. Dechichi, L. C. Silva, & J. M. Ferreira (Orgs).

Educação Especial e inclusão educacional: Formação profissional e experiências em diferentes contextos. Uberlândia, MG: EDUFU. Disponível:file:///C:/Users/mayck/Downloads/universidade-e-inclusao-a-experiencia-do-nucleo-de-pesquisa-e-estudos-em-educacao-especial-e-inclusao-nupespi-com-a-formacao-profissional.pdf. acesso em <20 de jun 2023.

UNESCO. 2019. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. – Brasília: 47 p. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biblioteca Virtual em Saúde. Conceito de Epilepsia. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/epilepsia>. Acesso em 26 de jul. de 2022.

UREL. Relma Carbone Carneiro. **EDUCAÇÃO INCLUSÃO INFANTIL**. Universidade Estadual Paulista (Unesp – Araraquara) ... São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

VALENTIM. Silvia. **A Educação Infantil e a Formação de Educadores na França**. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n. Especial, set.- dez. 2018, p.162-171 ISSN:2446-6220.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

Questionário 1: Caracterização dos/as DOCENTES

I - Perfil do/a Entrevistado/a

Parte 1:

- a) Idade: ____anos
- b) Sexo: () Masculino () Feminino
- c) Raça: () Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Indígena
- d) Reside em Redenção? () Sim () Não. Onde? _____

Parte 2- formação e projetos desenvolvidos na escola.

- a) Você é graduado/a em que?()Pedagogia()Outro.Qual? _____
- b) Há quanto tempo trabalha como docente? _____ anos
- c) Há quanto tempo trabalha como docente nesta escola? _____ anos
- d) Você é professor/a efetivo/a? () Sim () Não
- g) Você já fez alguma formação sobre Educação Inclusiva de alunos com necessidades especiais?
- () Sim. Quando? _____
- () Não
- h) Se você já participou de algum curso específico para trabalhar com inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais?
- ()sim, quais ? ()não

Parte 3 - visão sobre o assunto em estudo

3.1 O que você entende sobre educação especial inclusiva?

3.2 Na sua sala de aula é desenvolvido atividades voltadas para as crianças com deficiências?

SIM () NÃO() quais? Cite-as?

3.3 Na sua opinião quais os avanços e as dificuldades para realizar um trabalho inclusivo na sala de aula?

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração da Lusofonia Afro Brasileira,(UNILAB). Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção - CE 12 de junho de 2023

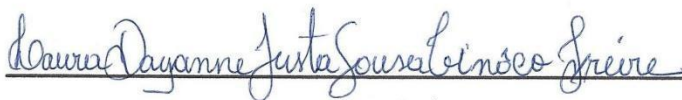
Ma Lelia de S. Fernandes

Assinatura

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção – CE 12 de Junho de 2023



Assinatura

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção – CE 12 de junho de 2023

Maria José de Sousa Fernandes

Assinatura

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção – CE 12 de Junho de 2023

Smo Gabrielle Vieira Facundo de Souza

Assinatura

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção - CE 12 de JUNHO de 2023

Antonia Zeneide da Silva Andrade

Assinatura

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Sou Antonia Zeneide da Silva Andrade aluna do curso de pedagogia do em Ensino e Formação Docente da Universidade da integração da lusofonia afro brasileira,(UNILAB) Estou realizando uma pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso da minha graduação que tem por título: **a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) um olhar para as salas de referências II da CEI. Francisca Arruda de Pontes.** Esta pesquisa tem por objetivo geral investigar a ocorrência da inclusão na sala de referência II da Escola Francisca Arruda de Pontes. Averiguando se nesta instituição as crianças estão sendo incluídas no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, venho solicitar que você participe como colaborador/a respondendo ao questionário abaixo obrigada pela sua colaboração!

Redenção-CE 12 de Junho de 2023

Antonia Zeneide da Silva

Assinatura